



***Prefeitura Municipal de***  
***Ipiranga do Norte***  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ 07.209.245/0001-72**

**Lei nº 256, de 08 de setembro de 2009.**

**Reorganiza o Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e dá outras providências.**

**ORLEI JOSÉ GRASSELLI, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º:** Esta Lei reorganiza o Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, do Município de Ipiranga do Norte – MT, com vistas a adequá-lo à Legislação Federal.

**Art. 2º:** O Conselho criado por esta Lei, será constituído por nove (9) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo:

- I – dois representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) deve ser da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou outro órgão educacional;
- II – um representante dos Professores da Educação Básica Pública;
- III – um representante dos diretores das escolas Básicas Públicas;
- IV – um representante dos Servidores técnico–administrativos das Escolas Básicas Públicas;
- V – dois representantes dos pais de alunos da Educação Básica Pública;
- VI – um representante do Conselho Municipal de Educação;
- VII – um representante do Conselho Tutelar.

**§ 1º:** Os membros do Conselho serão indicados em pares, por seus respectivos segmentos, sendo um titular e o outro suplente.

**§ 2º:** Os representantes dos Professores, dos servidores técnicos – administrativos e dos



***Prefeitura Municipal de***  
***Ipiranga do Norte***  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ 07.209.245/0001-72**

pais de alunos, devem ser indicados, em seus pares, pelos respectivos segmentos, através de processo eletivo organizado.

**§ 3º.** Realizadas as indicações, o Prefeito Municipal, através de ato próprio, fará as designações para o exercício das funções de Conselheiro.

**§ 4º.** O mandato dos membros do Conselho será de dois (2) anos, permitida apenas uma recondução, por igual período.

**§ 5º.** As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.

**Art. 3º.** São impedidos de integrar o Conselho;

I – cônjuge e parente consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais;

II – Tesoureiro, Contador ou Funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como, cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;

III – pais de alunos que exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal, ou prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

**Art. 4º.** Compete ao Conselho:

I – acompanhar e Controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II – supervisionar a realização do Censo Educacional Anual e elaboração da proposta orçamentária anual;

III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV – emitir parecer sobre o acompanhamento anual do Fundo.

**Parágrafo Único.** O parecer referido no Inc. IV deste artigo, integrará a prestação de contas de Poder Executivo, devendo ser entregue a Administração Municipal com, no mínimo, trinta (30) dias de antecedência da data final de sua apresentação.



***Prefeitura Municipal de***  
***Ipiranga do Norte***  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ 07.209.245/0001-72**

**Art. 5º:** É facultado ao Conselho, se julgar conveniente e necessário:

- I – apresentar, ao Poder Legislativo Municipal e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;
- II – por decisão da maioria dos seus membros, convocar o titular da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada, apresentar-se em prezo inferior à trinta (30) dias.

**Art. 6º:** O Presidente do conselho será eleito por seus pares em reunião do colegiado, ficando impedido de ocupar tal função os conselheiros que representam o Governo Municipal, gestor dos recursos do Fundo.

**Art 7º:** As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinária, através de comunicação escrita, por qualquer de seus membros ou pelo Prefeito Municipal.

**Art. 8º:** Revoga-se a Lei Municipal nº128, de 16 de maio de 2007.

**Art. 9º:** A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 08 de Setembro de 2009.

**ORLEI JOSÉ GRASSELLI**  
Prefeito Municipal